

# SISTEMA ELEITORAL, MECANISMO DE *BALLOTAGE* E A FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA NA ARGENTINA

ELECTORAL SYSTEM, MECHANISM *BALLOTAGE* AND FRAGMENTATION POLICY  
IN ARGENTINA

Sylvia IASULAITIS

*Doutoranda em Ciência Política – Pesquisadora pela  
CAPES. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.  
Pós-Graduação em Ciência Política. São Carlos-SP-Brasil.  
13565-905-sylviaiasulaitis@yahoo.com*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar as transformações do sistema partidário argentino e suas implicações para os processos eleitorais, tomando como base empírica a eleição presidencial de 2007. Neste pleito verificou-se uma ampla fragmentação da oposição, que resultou numa disputa com 13 postulantes à presidência contra a candidata situacionista Cristina Kirchner. Este pleito representou um significado especial para o sistema de partidos, os quais foram marcados por divisões internas e diferentes candidaturas de uma mesma agremiação, bem como alianças inéditas entre peronistas e radicais, partidos que, historicamente, conformaram a polarização política argentina. As mudanças ocorridas no sistema partidário argentino serão interpretadas em dimensão histórica, buscando-se compreendê-las dentro de uma temporalidade mais ampla. Após investigar as possíveis causas de tamanha fragmentação partidária, buscar-se-á verificar suas conseqüências para o sistema partidário e, mais especificamente, para as disputas eleitorais, com especial interesse em averiguar se aí reside a chave explicativa para a vitória de Cristina Kirchner no primeiro turno. Finalmente, analisar-se-á se as mudanças que atingiram o sistema representativo argentino resultaram de um deslocamento de uma democracia de partidos para uma democracia do público ou verificou-se, efetivamente, uma crise de representação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Argentina. Partidos políticos. Pleito presidencial 2007. Democracia de partido. Democracia de público.

**ABSTRACT:** *The aim of this paper is to analyze changes in the Argentine party system and its implications for the electoral processes, based on empirical presidential election of 2007. In this election there was a widespread fragmentation of the opposition, which resulted in a race with 13 candidates for president against the incumbent candidate Cristina Kirchner. This election was a special significance for the political parties, which were marked by internal divisions and different applications of the same club, as well as unprecedented alliances between Peronist and Radical, parties that have historically made up the Argentine political polarization. The changes in the Argentine party system will be interpreted in the historical dimension, trying to understand them within a broader temporality. After investigating the possible causes of such party fragmentation, will seek to verify its consequences for the party system and, more specifically to the electoral disputes, with particular interest in determining whether there is the explanatory key to the victory of Cristina Kirchner first round. Finally, it will examine whether the changes that affected the Argentine representative system resulted from a shift from one party democracy to a democracy of the public or there was indeed a crisis of representation.*

**KEYWORDS:** *Argentina. Political parties. Presidential elections in 2007. Party democracy. Democracy of the public.*

## **1 Sistema eleitoral argentino e o mecanismo *ballotage*: uma revisão da literatura recente**

Nesta seção, o intuito é analisar o pleito argentino de 2007 acionando a variável relacionada ao sistema eleitoral, mas especificamente, o mecanismo de *ballottage* e examinar seus possíveis efeitos e associações com os níveis de fragmentação e estratégias eleitorais.

Diversos países da América Latina adotaram o sistema de segundo turno para definição das eleições. Esta modalidade, denominada *ballottage*, exige uma maioria de votos para a eleição de um candidato e no caso em que isto não ocorra recorre-se a um segundo turno entre os dois candidatos mais votados (DUVERGER, 1970).

Em termos gerais, de acordo com Chasquetti (2001), o abandono da fórmula de eleição presidencial por maioria simples de votos teve por objetivo fortalecer a posição dos presidentes eleitos mediante um respaldo político mais amplo.

Não obstante, no que se refere a suas conseqüências, a literatura não aponta para um consenso. Revisando a literatura temática recente (ZOVATTO, 2007; CHASQUETTI, 2001), verifica-se que o mecanismo de *ballottage* conta com posições favoráveis e contrárias. Tais autores demonstram que, por um lado, seus defensores destacam que este mecanismo amplia a legitimidade eleitoral do presidente por permitir que o eleitorado decida no caso de nenhum candidato superar a porcentagem requerida para vitória no primeiro turno. Conforme esta interpretação otimista do mecanismo de *ballottage*, a governabilidade democrática é fortalecida, pois garante um presidente com amplo respaldo popular e promove a formação de alianças eleitorais entre o primeiro e o segundo turno, que podem transformar-se em coalizões de governo.

Já aqueles que criticam o *ballottage* sustentam que o segundo turno raras vezes cumpre tais promessas, visto que a suposta legitimidade derivada dos votos populares pode ser artificial e instável. Argumentam, ainda, que o segundo turno gera menos incentivos para o voto estratégico, já que os eleitores podem votar em seu candidato favorito no primeiro turno, ainda que este tenha pequena probabilidade de triunfo, sem preocuparem-se com a possível vitória de um candidato indesejável. De acordo com este ponto de vista, o mecanismo favorece um aumento no número de partidos o que, em longo prazo, tenderá a fragmentar o eleitorado. Portanto, piora as condições de governabilidade das democracias, pois sua aplicação favorece a fragmentação partidária, a polarização ideológica e a eleição de presidentes com apoio político superdimensionado.

Cabe ressaltar que o rótulo *ballottage* refere-se a diferentes sistemas de eleição presidencial: as fórmulas majoritárias que exigem do vencedor uma maioria absoluta dos votos e também fórmulas *sui generis* que exigem uma maioria de votos inferior a 50%. Mesmo que ambas as modalidades compartilhem diversos aspectos, a literatura temática aponta que os efeitos que geram são bastante distintos (CHASQUETTI, 2001).

No que se refere aos efeitos do sistema de eleição *ballottage* sobre o número de candidatos, Shugart e Carey (1992) associam a modalidade de eleição ao número efetivo de candidatos presidenciais (Np). As premissas de tais autores baseiam-se no clássico argumento de Duverger, segundo o qual em uma eleição majoritária com dois turnos os partidos políticos pequenos encontram importantes estímulos para participar do primeiro turno, onde não se decide a eleição presidencial. Mainwaring e Shugart (1997) e Jones (1997) afirmam que a eleição presidencial por maioria simples induz a competição eleitoral entre dois

grandes blocos e a eleição por maioria absoluta estimula a competição eleitoral fragmentada. Mais recentemente, Kenney (1998 apud CHASQUETTI, 2001) pôs em dúvida a validade de tais conclusões.

No caso argentino, adotou-se um sistema de **maioria especial** a partir da Reforma Constitucional de 1994, exigindo-se uma maioria de 45% dos votos ou 40% com uma diferença de dez pontos percentuais sobre o segundo colocado na disputa.

No entanto, desde que foi institucionalizado, o *ballottage* ainda não foi aplicado na Argentina. Menem e De La Rúa superaram o mínimo necessário e evitaram o segundo turno. Em 2003, Menem desistiu de apresentar-se para o segundo turno devido às evidências de que seria derrotado. Deste modo, Kirchner venceu as eleições com apenas 22% dos votos. A Argentina, portanto, tem resolvido seus pleitos com apenas um turno.

De acordo com Shugart e Carey (1992) a eleição presidencial por maioria absoluta e segundo turno favorece o aumento no número de partidos, enquanto a eleição por maioria simples (adotada no contexto argentino) tende a reduzir a competição partidária em dois grandes blocos.

Portanto, grande parte da literatura especializada aponta que os sistemas de maioria especial, ou seja, inferior a 50%, (como o sistema adotado na Argentina) são institutos eficientes para a configuração de cenários com baixa fragmentação e escassa polarização ideológica. Conforme Shugart e Carey (1992) os sistemas que exigem maioria inferior a 50% tendem a estimular um tipo de competição bipolar. Neste cenário, é factível que os atores restantes unam esforços com o objetivo de frear a candidatura mais forte garantindo, deste modo, uma competição em blocos. Neste sentido, Shugart e Carey recomendam a adoção da regra da dupla complementariedade (*doble complementariedad*) a qual estipula a vitória de um candidato em primeiro turno quando a diferença de sua votação em relação ao segundo é maior que o dobro da distância que o separa da maioria absoluta dos votos (CHASQUETTI, 2001).

Em suma, do ponto de vista teórico, sustenta-se que os sistemas de eleição presidencial por maioria especial favorecem a concentração do voto, uma moderada fragmentação partidária e a não realização de um pernicioso segundo turno. Chasquetti (2001) defende que esse é o formato mais eficiente para o funcionamento da democracia, pois permite a eleição de presidentes com amplo respaldo cidadão, ao mesmo tempo em que evita o aumento da fragmentação partidária.

Para Chasquetti (2001) o sistema de *ballottage* de maioria especial é o melhor desenho institucional democrático, ao contrário da maioria absoluta que, segundo o autor, gera um maior risco para a democracia, pois favorece ou mantém altos níveis de fragmentação partidária e situações que, combinadas a outros fatores como a debilidade dos partidos, representam cenários perigosos para a estabilidade.

Em suma, recorrendo a Chasquetti (2001, p.40), as proposições resenhadas acima podem ser formalizadas conforme segue:

1. A eleição presidencial por maioria absoluta está associada a altos níveis de fragmentação do sistema de partidos e favorece processos democráticos instáveis;
2. A eleição presidencial por maioria especial está associada a baixos níveis de fragmentação do sistema de partidos e reduz a competição eleitoral em dois grandes blocos.

Confrontando tais pressupostos teóricos às evidências empíricas do pleito argentino em 2007, é possível verificar que, contradizendo a literatura temática, a fórmula de eleição presidencial de maioria simples não se relacionou a baixos níveis de fragmentação. Ao contrário, verificou-se uma alta fragmentação. O sistema de maioria especial não representou um estímulo para a formação de amplas alianças eleitorais opositoras contra a candidata situacionista, Cristina Kirchner. O pleito argentino de 2007 configurou-se, portanto, um caso *sui generis*, que contraria esta literatura.

Considerando, então, que o desenho institucional com o mecanismo de *ballottage* não significou estímulos para amplas coalizões opositoras, buscaremos compreender os altos níveis de fragmentação no pleito 2007 analisando as metamorfoses ocorridas no sistema partidário argentino.

## **2 Contextualizações: partidos e eleições na Argentina**

Para compreender o processo de fragmentação partidária constatado na disputa presidencial argentina de 2007, bem como as alianças eleitorais não convencionais firmadas neste pleito, é necessário que se realize uma abordagem política retrospectiva.

Analisando a política argentina recente, a partir do marco da transição democrática no ano de 1983, quando os militares são desalojados do poder, na

primeira eleição após a institucionalização da democracia verificou-se a derrota do peronismo. A “*Unión Cívica Radical*” (UCR) ganhou com 52% dos votos e Raúl Alfonsín foi eleito. Assim, a Argentina voltou à vida democrática com alternância no poder, se compararmos este período com o período imediatamente anterior ao golpe súbito. De acordo com Moreira (2006, p.6) o fato do partido Radical (UCR) e não o peronista sair vitorioso demonstra um descrédito no peronismo após a morte de Perón:

*The fact that the UCR and not the peronist were victorious was a show of the discredit that the “peronismo” had suffered after the death of Perón and the awful government of his widow, Isabel Perón, which ended in the coup de état of 1976.*

Conforme Kasman (2007), este contexto de construção de um novo cenário político e institucional colocou em conflito os diferentes atores envolvidos no processo, cujo objetivo principal era a obtenção de espaços e recursos de poder. Esta nova estruturação se deu em um contexto marcado pela Guerra das Malvinas e pela crise da dívida externa na América Latina, “[...] *la qual condicionó el desempeño económico del primer gobierno democrático, recortando su margen de maniobra en la canalización y atención de las demandas de la sociedad en torno a la mejora de la calidad de vida, deteriorada por el anterior gobierno militar.*” (KASMAN, 2007, p.8).

Em 1989, em meio a uma hiperinflação, as eleições presidenciais foram antecipadas e venceu o peronista Carlos Menem, com 47% de votos. Do ponto de vista eleitoral, entre 1983 e 1989 a UCR perdeu quase 20% do seu eleitorado (conf. Tabela 1), um presságio do que seriam os anos vindouros (MOREIRA, 2006).

Do ponto de vista conjuntural, é importante destacar que um elemento que ganha força na virada dos anos 80 para os 90 e que tem considerável influência sobre a forma de organização e atuação das organizações partidárias na Argentina é o surgimento do paradigma neoliberal. Tal processo é gradativo: ao longo do regime autoritário vai ocorrendo a mudança de uma matriz estadocêntrica para uma matriz mercadocêntrica, algo que acabou por intensificar as reformas políticas de caráter neoliberais fomentadas pelo governo peronista de Carlos Menem (1989-1999). Esta ruptura com a estrutura social anterior

*[...] transformó la relación entre el Estado y la sociedad civil y la relación de estos elementos con los partidos políticos, que sufrieron el desgaste en los lazos de*

*representación política por la erosión de su identidad y el desplazamiento de su participación en la elaboración de temas de agenda pública e en los procesos de toma de decisiones públicas a un espacio secundario. (KASMAN, 2007, p.9).*

O contexto de legitimação do governo Menem e das reformas de caráter neoliberal foi justamente a crise de hiperinflação de 1989 mencionada anteriormente, que se fez acompanhar de altas taxas de desemprego. Neste sentido, na primeira etapa das reformas empreendidas

*[...] la política menemista logró la estabilidad monetaria y cierto crecimiento económico, pero dentro de un modelo de fenomenal exclusión y fragmentación de la estructura social, acompañado por una integración dependiente en el sistema internacional, que finalmente condujo al estancamiento y la recesión. (MAURO, 2007, p.3).*

Devido a tais fatores, ainda no primeiro governo Carlos Menem passou a enfrentar uma oposição muito forte, particularmente na cidade de Buenos Aires, onde o surgimento de uma força relevante do ponto vista eleitoral, a Frente Grande, possibilitou uma dinâmica política nova em todo o espectro político argentino (MAURO, 2007).

Ainda assim, Menem saiu vitorioso no processo eleitoral de 1994, o que lhe propiciou administrar a Argentina por dois mandatos presidenciais consecutivos (1989-95; 1995-99). Sua reeleição foi possível graças a uma Reforma Constitucional efetuada em 1994, mediante um acordo entre radicais e peronistas, basicamente entre Raul Alfonsín, líder do Partido Radical e o presidente Carlos Menem. Tal acordo para a Reforma Constitucional ficou conhecido como “Pacto de Olivos”. Na ocasião, o Partido Radical inseriu outras mudanças constitucionais, como a implementação de eleições diretas com *ballotage* (segundo turno) (TEDESCO, 2001). Tal Reforma Constitucional

*[...] consagra um conjunto de modificações no capítulo dedicado ao modo de conformação e exercício da autoridade política, inspiradas no propósito de moderar o presidencialismo, dar mais estabilidade ao sistema democrático e facilitar a cooperação entre as forças políticas. (MOCCA, 2005, p.54).*

Destaca Tedesco (2001, p.108) que, ao contrário das eleições de 1989, ocasião em que Menem foi eleito com um voto predominantemente peronista, para o segundo mandato, a coalizão formada por Menem era completamente diversa do quadro anterior:

*Carlos Menem was first elected in 1989 with a predominantly Peronist vote. However, as soon as he took office he formed an alliance with the business sector, symbolised by the appointment of a manager of Bunge y Born as Minister of Economy. Although this strategy failed to stabilise the economy, it allowed the Peronist government to gain the support of the business sector. [...] Thus, for Menem's second term, the coalition formed behind his electoral ticket was completely different from that of 1989. In 1995, traditional Peronist votes and the economic right formed Menem's electoral coalition.*

Neste contexto, o declínio dos Radicais foi ainda mais dramático. Nas eleições presidenciais de 1995 a UCR obteve apenas 17% dos votos para a presidência, 22% para o Legislativo e amargou a terceira posição nas províncias de Buenos Aires e Santa Fé e o segundo lugar na cidade de Buenos Aires (TEDESCO, 2001).

Assim, enquanto em 1983 a União Cívica Radical (UCR) e o Partido Justicialista (PJ) concentram quase 92% dos votos nos pleitos presidenciais e, comumente nas eleições consagravam-se presidentes radicais ou peronistas, nas sucessivas eleições este padrão se modifica paulatinamente, culminando nas eleições presidenciais de 1995 onde pode-se verificar um ponto de rompimento. Nesta ocasião, o presidente justicialista Carlos Menem foi reeleito com quase 48% dos votos, enquanto o candidato da UCR obteve somente 17%, sendo superado por uma nova força política, a Frente para um País Solidário (FREPASO), que logrou aproximadamente 30% de apoio (ver Tabela 1) (MUSTAPIC, 2002).

**Tabela 1** – Resultados das Eleições presidenciais na Argentina (1983-2003)

	1983	1989	1995	1999	2003
<b>Partido Justicialista</b>	40,2	47,4	49,9	32,3	53,8
<b>União Cívica Radical</b>	51,7	32,4	17	46,4*	2,3
<b>Outros</b>	2,8	4,9	29,2**	-	30,4***

\*Aliança (UCR+FREPASO)

\*\*FREPASO

\*\*\*ARI+RECREAR

Fonte de dados: Moreira (2006), com base em *Politics and International Relations Database*, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República.

Até este momento é perceptível, portanto, que o sistema partidário argentino foi marcado, sobretudo, por uma polarização entre peronismo



e radicalismo, forças partidárias que dominaram historicamente a política nacional (MUSTAPIC, 2002). Este quadro se altera em 1994, quando é formada a FREPASO, por meio das lideranças carismáticas Carlos “Cacho” Alvarez e Graciela Fernández Meijide. Seus principais quadros eram oriundos principalmente da esquerda peronista e de partidos de centro. De acordo com a leitura de Mustapic (2002), a presença da FREPASO (Frente para um País Solidário) e os posteriores desenvolvimentos eleitorais abriram uma etapa de realinhamento dos partidos e uma mudança nos padrões de competição entre 1997 e 1999.

Este novo partido de centro-esquerda desfrutava de grande visibilidade midiática e focalizava suas críticas ao comportamento clientelista dos partidos tradicionais, reivindicando um novo republicanismo em roupagem “moderna” (não patrimonialista, não clientelista e com um programa consistente). Com esta nova plataforma política, em 1995 este partido recém criado obtém cerca de 30% dos votos, superando a tradicional UCR que, como vimos anteriormente, não passou da casa de 17% dos votos (MOREIRA, 2006).

De acordo com analistas, a UCR foi desacreditada, essencialmente, pelo desempenho econômico desastroso do governo de Alfonsín e pelo apoio do partido ao Pacto de Olivos. Do ponto de vista do comportamento eleitoral, com o pífio desempenho dos Radicais, o voto anti-peronista de classe média se fragmentou. Em centros urbanos, como a Capital Federal, os votos da classe média migraram para a Frente Grande (que se tornou FREPASO posteriormente). No interior, os votos da classe média migraram para uma gama de partidos provincianos. O resultado foi, portanto, uma oposição peronista fraca e dividida, que se percebia incapaz de suplantar o poder do PJ e, particularmente, de Menem (LEVITSKY, 2000).

Portanto, até meados da década de 1990 o cenário partidário argentino era configurado da seguinte maneira: existiam três partidos principais: o Partido Peronista, o Partido Radical (em claro declínio) e o novo ator político urbano, a Frepaso. No entanto, nem o partido Radical, tampouco a Frepaso conseguiam derrotar o partido Peronista.

O segundo mandato de Menem foi marcado por um alto nível de descontentamento social, que provocou o reagrupamento de setores da oposição. Deste modo, em 1997 uma Aliança entre Frepaso e UCR é formada. A *Alianza* era um ator político novo cuja intenção era tornar-se uma real alternativa ao poder com tendência hegemônica do partido Justicialista.

A Aliança obtém imediato êxito nas eleições legislativas de 1997,

*[...] que residía en la condensación de dos expectativas divergentes del electorado: para algunos, la Alianza expresaba una alternativa al modelo neoliberal impulsado por el menemismo, mientras que para otros, significaba la oposición a un estilo de gobierno transgresor de las normas institucionales.* (MAURO, 2007, p.3).

Tal aliança é saudada de forma bastante eufórica por diversos militantes políticos e também intelectuais argentinos. É possível comprovar tal afirmação analisando a coletânea *Ciudad Futura* (1997), que agrega avaliações de expoentes como Cacho Alvarez, Juan Carlos Portantiero, Franco Castiglioni, Edgardo Mocca, Julio Godio, Roberto Gargarella, Emilio Tenti Fanfani, Elisa Carrió, Adriana Puiggrós e José Nun. Era consenso entre tais autores naquele momento uma avaliação extremamente positiva a respeito da aliança entre UCR e FREPASO nas eleições de outubro daquele ano.

Destaca-se aqui a avaliação do cientista político José Nun (1997, p.22) para quem, apesar dos inúmeros problemas que estavam postos naquele momento a serem resolvidos pela Aliança, podia-se afirmar que esta significava uma grande oportunidade política, que possibilitava a união de

*[...] diversos sectores progresistas en su esfuerzo por contener y derrotar al partido en el poder, para que franjas cada vez más anchas de la ciudadanía respondieran positivamente ante la posibilidad de replantear las bases de nuestra convivencia, hoy tan gravemente erosionadas.* (NUN, 1997, p. 22).

Os desdobramentos dessa Aliança, bastante vitoriosa nas eleições de 1997, e os discursos políticos oriundos deste movimento possibilitaram a eleição de Fernando De la Rúa, liderança da UCR, em 1999 com 48,5% dos votos. A criação da *Alianza* significou, portanto, o fim de um longo processo de declínio eleitoral do partido Radical.

As eleições de 1999 produziram, portanto, mudanças fundamentais na política argentina. Pela primeira vez um governo peronista transferiu democraticamente o poder a um partido de oposição, que formou o primeiro governo de coalizão da história democrática moderna da Argentina, produzindo uma alternância de poder após dez anos de hegemonia da administração Menem (1989-1999) (TEDESCO, 2001).

Durante seu governo, De la Rúa centra o seu discurso em bandeiras como a estabilidade econômica, o controle sobre a corrupção e a reconstrução das instituições. Apesar das expectativas depositadas neste governo, a Argentina mergulha numa crise política, social e econômica sem precedentes em 2001. Neste período Fernando de La Rúa decreta o confisco de depósitos bancários, o que gera uma crise institucional e com ela a saída do modelo de convertibilidade (CUCHETTI, 2007).

A crise socioeconômica produz níveis sem precedentes de exclusão social. A Agência Nacional de Estatísticas e Censo divulgou uma pesquisa em 2001, apontando que mais da metade da população estava abaixo da linha da pobreza (LUCHESSI, 2008).

Deste modo, em dezembro de 2001 manifestações violentas estouraram nas principais cidades. A sociedade argentina rebelou-se fortemente contra sua classe política. Sob a bandeira de *que se vayan todos*, defensores de direitos humanos, mães da Praça de Maio, movimentos de desempregados foram às ruas protestar (HOCHSTETLER; FRIEDMAN, 2008; CARRIZO; GALVÁN, 2006). Toda a classe política foi fortemente rechaçada, o que se traduziu em “*cacerolazos*”, marchas e manifestações.

Os partidos políticos caíram no descrédito coletivo. Nesses dias, uma pesquisa realizada pelo PNUD na Argentina demonstrou que os partidos políticos ocupavam o último lugar da confiança pública nas instituições: 94% das pessoas entrevistadas manifestavam ter pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos. Havia-se chegado, assim, ao ponto mais baixo do prestígio social dos partidos políticos (PNUD apud MOCCA, 2005).

É importante destacar que, na transição do autoritarismo e no momento de instauração da democracia de partidos em 1983, os partidos políticos e seus dirigentes estiveram rodeados de fervor e confiança dos cidadãos. Após 20 anos esse fervor e confiança foram trocados por um teor condenatório que praticamente não admitiu atenuantes. Assim, interpreta-se este momento como sendo de ampla crise de representação. Alguns aspectos que impactaram sobre tal crise de representação foram o grau de competitividade do sistema de partidos e as características organizativas dos mesmos (MUSTAPIC, 2002).

Analisando as principais causas que foram minando paulatinamente o prestígio dos partidos políticos argentinos, Mocca (2005, p.51) aponta

[...] as dificuldades para a gestão da crise econômica, cuja profundidade e caráter estrutural foram marcadamente subestimados no começo da recuperação democrática. As enormes dificuldades para estabelecer uma agenda de cooperação entre as duas grandes forças políticas que reduziu a intensidade do conflito expressivo geraram uma cena em que peronistas e radicais competiam para fazer iguais políticas a partir do governo e obstruir-se a partir da oposição.

Nesta mesma linha, Kasman (2007) destaca que não houve uma cooperação entre governo e oposição para a resolução dos graves problemas estruturais da política argentina, algo que, no entender da autora, somente seria resolvido com uma reforma profunda do Estado. Esta falta de compromisso com a resolução dos problemas findou por afetar o povo argentino e teve como uma das consequências a perda de legitimidade dos partidos políticos.

Nas eleições legislativas de 2001 o descontentamento se expressou através de uma alta porcentagem de votos nulos e brancos, batizado de *voto bronca*. Um de cada quatro dos mais de 4,5 milhões de cidadãos que compareceram às urnas votou em branco ou anulou deliberadamente seu voto (MOCCA, 2005).

Neste sufrágio a *Alianza* experimentou uma dramática queda de votos e apoios eleitorais. O voto branco e nulo foram os principais ganhadores (ESCOLAR et al., 2002). Ambas as expressões de insatisfação alcançaram 22% do total de votos emitidos; a porcentagem de abstenção também subiu: em 1999 havia representado 19,6% do eleitorado e em 2001 passou para 27,23% (MUSTAPIC, 2002, p.170).

Verifica-se, portanto, neste período, um grande hiato entre cidadãos e elites políticas. No entanto, “[...] *el profundo malestar de los argentinos con la política y las prácticas políticas [...], que los europeos han dado en llamar desafección democrática [...]*”, ou seja, um sentimento de desconfiança com a política e as instituições, não se traduz em um questionamento massivo do sistema democrático em si. As pesquisas realizadas durante os dias de agitação política permitiram comprovar que a aprovação da democracia aumentou de 58% registrado no início de 2001 para 65% em 2002 (PNUD, 2002 apud MUSTAPIC, 2002, p.164).

Neste mesmo ano o Latinobarômetro divulgou que cerca de 65% dos argentinos proclamava apoio a democracia, um dos níveis mais altos da América Latina (LATINOBARÔMETRO, 2002). No entanto, o grau de satisfação com o desempenho da democracia mostrou-se extremamente baixo: somente

8% declarou-se satisfeito. Esta distância de 57 pontos entre a aprovação da democracia e a insatisfação com seu funcionamento contrasta fortemente com os 25 pontos que se registraram na União Européia e com os 24 na América Latina (MUSTAPIC, 2002).

É neste cenário de turbulência que, ao final de 2001, De La Rúa é forçado a renunciar mediante os fortes protestos populares, inaugurando um período de extrema turbulência institucional, com a assunção e queda de cinco presidentes. Com isso, iniciou-se um ciclo de parlamentarização da dinâmica presidencial argentina (SCHAMIS, 2002 apud CARRIZO; GALVÁN, 2006), com dois presidentes advindos do Legislativo: Adolfo Rodríguez Saá (ex-governador da Província de San Luis pelo PJ) e Eduardo Duhalde (ex-governador da Província de Buenos Aires também pelo PJ). Esse período de intensa crise culmina no governo de Eduardo Duhalde (2002-2003), presidente que cumpriu o papel institucional de garantir certa estabilidade política para a realização das eleições de 2003.

Em meio a esta avalanche política é Eduardo Duhalde, portanto, quem se coloca frente à opinião pública como um governante de uma nova transição – parecendo retroceder à primeira etapa do processo de democratização como um recurso para garantir as condições de governabilidade e evitar a quebra institucional.

Neste contexto, Duhalde elegeu como uma de suas principais metas a estabilização da economia, cujo êxito possibilitou a reconstrução do âmbito político e social que havia entrado em colapso a partir de 2001, ocasião na qual a legitimidade do Estado e do sistema político como um todo atravessaram uma crise abissal, a ponto de criar uma rejeição forte na sociedade, cujo desfecho foi o emblemático “*que se vayan todos*”.

Apesar das dificuldades políticas encontradas por Duhalde quando assumiu o poder, um fator que lhe proporcionou certa estabilidade política foi firmar um compromisso institucional de realizar eleições em 2003. Como esta era uma reivindicação que unificava todo o espectro político-partidário, houve uma forte cooperação de todos os atores políticos envolvidos no processo.

Desta forma, Mauro (2007, p.4) destaca que a crise e a posterior queda do presidente De la Rúa tornaram visíveis os limites do discurso anticorrupção, ressaltando que o mesmo não dispensava a devida atenção às reformas estruturais do modelo sócio-econômico, tratando destes problemas com um viés moralista e personalista. Deste modo, “[...] *diciembre de 2001 abrió la posibilidad de*

*discutir los condicionamientos de la estructura socioeconómica en la resolución de las demandas populares, al presentarse la contingencia de ciertos axiomas del discurso predominante en los noventa.”*

Todavía, analisando os desdobramentos políticos daquele país, particularmente no que se refere aos rumos tomados por aquela frente de centro-esquerda, é possível constatar que todas as expectativas criadas não se confirmaram. Aliás, foi justamente no governo de um expoente daquele movimento, Fernando De La Rúa, que a pior crise argentina deflagrou, provocando conseqüências nefastas para o povo argentino, bem como para aquela coalizão política.

A referida crise acarretou uma falta de projetos políticos polarizadores, tanto do governo quanto da oposição, e fez com que os diferentes agrupamentos políticos se fragmentassem em diversas alternativas de poder nas eleições legislativas de 2001, provocando o surgimento de novas forças políticas (*Acción por la República, Nueva Dirigencia, ARI, Autodeterminación y Libertad, Recrear*), delineando “[...] *un sistema personalizado y fluctuante para el ordenamiento de la competencia electoral.*” (MAURO, 2007, p.4).

Em 2003, sofrendo grande pressão, Duhalde convoca as eleições presidenciais. Convém ressaltar que o cenário se estruturou em torno de quatro personalidades competitivas, com disputas transversais dentro dos próprios partidos. Destaca-se ainda que as referidas personalidades realizaram as suas campanhas com um forte apelo personalista e moralista, colocando o tema da corrupção no centro do debate e buscando se distanciar do passado recente da política, que conduziu a Argentina à crise de 2001 (MAURO, 2007).

De acordo com a avaliação de Mocca (2005, p.53), neste período eleitoral evidenciam-se fortes mudanças no que se refere aos partidos políticos:

[...] um quadro de acentuada fragmentação e incerteza, junto com uma marcada personalização da oferta, em detrimento do lugar central que os partidos políticos haviam ocupado nessa matéria desde 1983. Isidoro Cheresky caracterizou essa cena como de predomínio das ‘lideranças de popularidade’. O radicalismo já não fazia parte das opções eleitorais centrais. Seu lugar foi ocupado por dois candidatos surgidos de suas filias: Ricardo López Murphy e Elisa Carrió, à frente de seus respectivos novos agrupamentos de centro-direita e centro-esquerda. A eleição presidencial de abril de 2003 foi, na prática, uma disputa entre figuras, coalizões e agrupamentos criados

para sustentar candidaturas circunstanciais, mais que uma competição entre partidos políticos.

Neste contexto, a UCR lança um candidato próprio, Leopoldo Moreau. No entanto, sua situação de extrema fragilidade decorrente da administração de De La Rúa, abriu espaço a duas candidaturas de lideranças dissidentes do Partido Radical: uma de centro-direita, Ricardo López Murphy, ex-ministro da Economia da gestão radical, que fundou o RECREAR para el Crecimiento e uma de centro-esquerda, Elisa Carrió, ex-deputada pela UCR que fundou o ARI (*Afirmación para una República Igualitaria*) em 2001.

É neste pleito de 2003 que, pela primeira vez, o partido peronista aparece dividido, sem uma candidatura oficial do PJ, pois não foi possível resolver as divisões partidárias internas antes das eleições. Assim, três candidatos justicialistas (Menem, Rodríguez Saá e Kirchner) disputam a presidência em frentes distintas: *Frente por la Lealtad*, *Frente para la Victoria* e *Frente Movimiento Popular*. Tal fato deu um caráter de uma espécie de prévias internas abertas do peronismo a este pleito.

**Tabela 2** – Distribuição dos Executivos Nacionais (alternância de poder)

1983-89	1989-95	1995-99	1999-01	2001	2002-03	2003-07	2007-11
UCR	PJ	PJ	Aliança	PJ	PJ	FV	FV
Alfonsín	Menem	Menem	De La Rúa	Rodríguez Saá	Duhalde	Néstor Kirchner	Cristina Kirchner

*UCR* – União Cívica Radical

*PJ* – Partido Justicialista

*FV* – Frente para a Vitória

Fonte de dados: Carrizo e Galván (2006).

Na eleição presidencial de 2003, a UCR obteve pouco mais de 3% dos votos. Já os candidatos mais votados foram o ex-presidente Carlos Menem e o então governador da província de Santa Cruz, Néstor Kirchner, ambos do Partido Justicialista. Devido ao fato de que nenhum candidato obteve a maioria dos votos, foi convocado segundo turno, conforme o estipulado pela lei eleitoral. No entanto, o clima social hostil à figura do ex-presidente Menem fez com que este não se apresentasse ao segundo turno, prevendo uma derrota. Desta feita, Néstor Kirchner foi eleito presidente com apenas 22% dos sufrágios, o menor número de votos na história democrática do país (CUCHETTI, 2007).

As eleições de 2003 evidenciam uma situação *sui generis*: a convivência de fortes sentimentos anti-políticos com altas expectativas de que a política democrática incorporasse as demandas sociais.

*[T]he election put an end to the political crisis and suggested that citizens were willing to reestablish a “contract with democratic politics.” This was not an insignificant development considering that during the crisis, popular protest was directed not only at the de la Rúa government, but at all political leaders and institutions. The expression “away with them all” (“que se vayan todos”) became emblematic of wide popular discontent with conventional politics. On the other hand, the 2003 elections also showed strong demand for the improvement of the lives of the citizens who were most severely affected by the economic crisis. (LUCHESSI, 2008, p.346).*

Néstor Kirchner buscou se diferenciar de Menem e realizar uma gestão governamental de perfil progressista, na qual havia uma confluência de idéias básicas “[...] de cunho nacionalista e neo-desenvolvimentista keynesiano, combinados com altas doses de pragmatismo.” (BOSOER, 2007).

Do ponto de vista econômico, Néstor Kirchner liderou o período de maior crescimento da economia argentina desde a guerra e o pós-guerra. Os indicadores econômicos melhoraram: quatro anos consecutivos de crescimento acima de 8%, redução dos índices de pobreza de 52 a 25%, diminuição do desemprego de 22 a 9% (BOSOER, 2007).

Do ponto de vista político, o poder de Néstor Kirchner se consolida com rapidez extraordinária. Ainda que tenha sido eleitor com apenas 22% dos votos, menos de três meses depois sua popularidade estava em torno de 80%. Não obstante, foi nas eleições parlamentares de 2005 que sua influência e força política mostraram-se completamente. O justicialismo se fortalece novamente, adquirindo 51,3% dos votos (MOREIRA, 2006). Nesta disputa, os atores centrais resumiram-se a três forças políticas: (1) a *Alianza Propuesta Republicana* (PRO); (2) o ARI e (3) a *Frente para la Victoria* (MAURO, 2007).

O contraponto entre “passado corrupto” e “presente progressista” que ocupa o centro da comunicação política argentina em momentos de crise e de normalidade, também ocupou centralidade retórica nas eleições legislativas de 2005. No entanto, “[...] *el surgimiento de un progresismo opositor ponía en dificultades la simple oposición entre un presente kirchnerista y un pasado menemista.*” (MAURO, 2007, p.10). É neste sentido que Kirchner procura



estabelecer uma regeneração dos laços representativos, se diferenciar do passado político recente e propor mudanças de rumo para a Argentina, buscando se posicionar, assim, como um político de perfil progressista e de centro-esquerda.

Deste modo, Kirchner instaura e reestrutura determinadas instituições, como a Corte Suprema de Justiça, rediscute a questão militar, adota uma ação ofensiva de renegociação da dívida externa – o que possibilita um avanço na agenda política e econômica simultaneamente, embora tenha sido pressionado por problemas inflacionários e por reivindicações salariais (KASMAN, 2007).

No que se refere à governabilidade, desde a redemocratização da Argentina a forma de exercício da liderança partidária pelos presidentes argentinos tem em vista a auto-sustentação política acompanhada de um processo de personalização da política e de concentração do poder no executivo. Para esses propósitos tem sido de grande valia o processo recorrente de formação de alianças interpartidárias, bem como a incorporação de partidos sem tradição política. É por conta disso que o artifício da **transversalidade** ganha centralidade no universo político daquele país.

Alfonsín constituiu um movimento transversal dentro da UCR (o MODESO), com a finalidade de construir uma base de poder própria buscando garantir a governabilidade, o que acabou por dividir o Partido Radical entre alfonsinistas e não alfonsinistas. Menem desenvolveu uma estratégia política similar, buscando ampliar a sua base de legitimidade, apoiando-se em partidos cuja base de poder estava ligada à localidade, a exemplo da UCDE (União do Centro Democrático); buscou, ainda, aproximar artistas e esportistas, com o objetivo de aumentar a sua popularidade e forjar daí candidatos leais aos seus objetivos políticos e com potencial eleitoral, algo que nem sempre se podia encontrar dentro do peronismo. Muitos desses *outsiders* competiam com os próprios peronistas nas diferentes localidades, o que provocava uma forte disputa entre menemistas e anti-menemistas nas próprias fileiras do partido, cuja primeira fratura foi a dissidência dos oito deputados peronistas em 1990, que posteriormente formaram a chamada “Frente Grande” liderada por Carlos Chacho Alvarez.

O presidente Néstor Kirchner, nas eleições legislativas de 2005, também formou uma aliança transversal dentro do peronismo, a denominada “Frente para a Vitória”, objetivando criar o seu próprio centro de poder como contraponto ao duhaldismo. Kasman (2007) destaca que este agrupamento político se aliou a alguns dissidentes de outros partidos nacionais provinciais

e municipais, com o intuito de superar o peronismo. O ponto mais alto dessa disputa dentro do próprio peronismo, entre Kirchner e Duhalde, ocorreu em 2005, com a disputa envolvendo Cristina Fernández Kirchner e Hilda González de Duhalde, respectivas esposas dos referidos políticos. Na corrida pela vaga no Senado Nacional para representar a Província de Buenos Aires Cristina Kirchner sai vencedora, embora ambas tenham sido eleitas como senadoras. Esse quadro de divisão interna dos partidos políticos, particularmente do peronismo, balizará a fragmentação política que se configurará nas eleições presidenciais de 2007.

Buscando ampliar suas condições de governabilidade e seu apoio político, Kirchner apostou, num primeiro momento, em uma estratégia de transversalidade, buscando abrir o peronismo a uma prática de centro-esquerda, acoplando lideranças de outros partidos, alguns passando a ocupar importantes cargos, como o ex-frepasista Carlos Alvarez (ex-vice-presidente) (CUCHETTI, 2007).

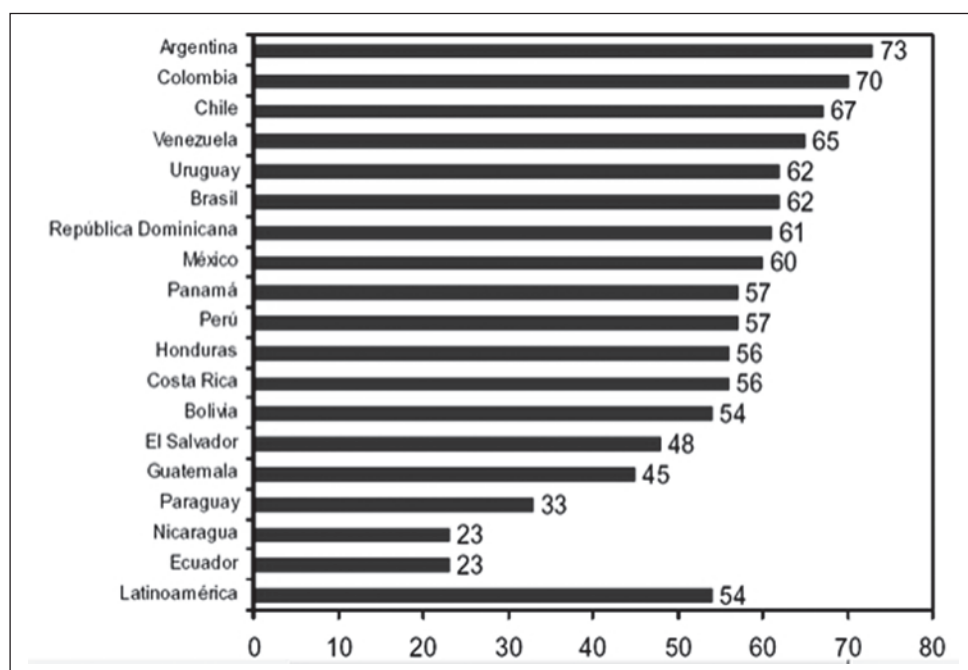
De acordo com a leitura de Cuchetti (2007), face ao tímido avanço da “transversalidade”, expressão política com escasso poder territorial, Kirchner aposta numa estratégia para buscar adesões políticas com controle territorial e debilitar possíveis focos opositores. Cria, portanto, uma relação com alguns governadores radicais sem peso histórico no partido para formar uma “*concertación plural*”. Tal estratégia kirchnerista provoca novas fraturas e divisões na UCR. É no interior desta estratégia que se desenvolve a relação com o governador da província de Mendoza radical Julio Cobos, oriundo do mundo acadêmico.

O apoio destes governadores K possibilitou uma rede territorial de apoio a Kirchner que incluía províncias como Mendoza, Río Negro, Corrientes, Catamarca e Santiago del Estero, bem como San Isidro, Vicente López e Mar del Plata (CUCHETTI, 2007).

Assim, é possível verificar que o kirchnerismo mostrou-se capaz de ampliar sua base de apoio eleitoral entre a classe média tradicionalmente não peronista. Do ponto de vista das alianças eleitorais, verificou-se a incorporação de setores da UCR que apoiaram a gestão de Kirchner, os denominados radicais K. Percebe-se, portanto, que o kirchnerismo constitui um conglomerado de atores, que inclui e transcende o peronismo. Assim, identificar Néstor e Cristina Kirchner simplesmente como autênticos representantes peronistas é problemático.

### 3 O pleito presidencial argentino em 2007: significados e implicações para o sistema de partidos

O primeiro aspecto que chama a atenção no pleito argentino de 2007 refere-se à escolha do candidato situacionista. O governo do presidente Néstor Kirchner desfrutava de uma imagem extremamente positiva no período precedente à escolha dos candidatos para a corrida presidencial. Aliás, a Argentina encabeçava a lista de países da América Latina com o maior índice de avaliação positiva do governo em 2006, onde a gestão de Néstor Kirchner aparecia com aprovação de 73% da população (LATINOBARÔMETRO, 2006).



**Gráfico 1** – Aprovação do governo – América Latina 2006.

Fonte: Latinobarômetro (2006).

No entanto, apesar da Constituição argentina permitir reeleição e de ter as pesquisas de opinião favoráveis a uma possível candidatura, Néstor Kirchner decide não concorrer diretamente, designando como candidata à sucessão presidencial sua esposa, a então senadora Cristina Fernández de Kirchner. Buscando compreender tal estratégia, recorreremos à análise de diversos pesquisadores, como Corrales, Dabène, Malamud, Murillo, Berlin, Smith,

Smulovitz, Solá (CORRALES et al., 2007), dentre outros. Conjectura-se que essa tática deveu-se a uma série de fatores: é provável que Néstor Kirchner tenha buscado evitar o desgaste pessoal pelo qual passaram os presidentes que o precederam com um segundo mandato. Sua esposa poderia se beneficiar da transferência de popularidade de sua gestão e, ao mesmo tempo, desfrutar de uma imagem de mudança, ou seja, uma combinação inédita de mudança e continuidade político (ZOVATTO, 2007).

Outro fator apontado diz respeito a uma estratégia tipicamente caudilhista de perpetuação no poder, uma maneira de manter o apoio ao kirchnerismo tendo em vista eleições futuras (CORRALES et al., 2007). Tal decisão pode ter sido, portanto, fruto de um cálculo: após mais quatro anos um dos dois pode se manter no poder, criando algo como uma “dinastia familiar” (PION-BERLIN, 2007). Com esta ação, Néstor Kirchner pode ter tido por objetivo reduzir o fenômeno *lame duck* (“pato manco”), ou seja, tornar-se um político sem forças devido à dispersão de sua base de apoio e não conseguir fazer sucessor após um possível segundo mandato (SMITH, 2007). Tal estratégia reflete uma personalização política excessiva.

### 3.1 Candidaturas e alianças no pleito 2007

Coalizões inter-partidárias nada convencionais foram formadas para a disputa eleitoral de outubro de 2007.

Do lado situacionista, a candidata Cristina Fernández Kirchner encabeçou a chapa oficial, juntamente com o então governador de Mendoza, Julio Cobos, filiado ao Partido Radical, como candidato a vice-presidente. Tal aliança Kirchner/Cobos dá mostras das mudanças que se operaram no sistema partidário argentino. Cobos expressa de forma emblemática a “*concertación plural*” de Kirchner, que agregava apoio de lideranças do Partido Radical, com o qual o peronismo historicamente polarizou. Tal cenário seria impensável na Argentina anteriormente.

A Aliança *Frente para La Victoria* foi composta pelos partidos Justicialista, de La Victoria, Intransigente, Movimiento Libres del Sur, Frente Grande, Conservador Popular, Democrata Cristiano, Confederación Frente Cívico para La Concertación Plural, Movimiento Democrático Federal (San Juan), Para la Concertación Ciudadana (Mendoza), Unión Vecinal de Córdoba, Frente de Integración Social para un Cambio en Libertad (Mendoza), Concertación

Popular (Capital Federal), Integración y Movilidad Social (Buenos Aires), Cambio 2000 (Tucumán), Movimiento Justicia y Libertad (Santiago Del Estero).

A campanha situacionista de Cristina Kirchner, como era de se esperar, enfatizou a continuidade das políticas econômicas e sociais desenvolvidas pelo marido desde 2003.

Do lado oposicionista verificaram-se treze candidatos desafiantes: Roberto Lavagna (Alianza Concertación UNA), Luis Alberto Ammann (FRAL), Alberto Rodríguez Saá (Alianza Frente Justicia, Union y Libertad), José Montes (Alianza Frente PTS, MAS, Izquierda Socialista), Nestór Pitrola (Partido Obrero), Jorge Sobisch (Unión Popular, MODIN, El Mov. De las Pcias. Unidas, Mov. de Acción Vecinal), Fernando “Pino” Solanas (Partido Socialista Autentico), Vilma Ripoll (MST), Ricardo Lopez Murphy (RECREAR para el Crecimiento), Gustavo Breide Obeid (Popular de la Reconstrucción), Elisa Carrió (Confederación Nac. Coalición Cívica), Raúl Castells (MIJD) e Juan Ricardo Mussa (Confederación Lealtad Popular).

Os principais candidatos oposicionistas foram a centrista Elisa Carrió, o ex-ministro da Economia, Roberto Lavagna, e o também peronista Alberto Rodríguez Saá.

A deputada nacional Elisa Carrió, segunda colocada na disputa, concorreu com Rubén Giustinani do Partido Socialista, que formaram a *Alianza Confederación Coalición Cívica*, juntamente com os partidos *Afirmación para una República Igualitaria (ARI)*, *Socialista*, *Movimiento Afirmación Republicana (San Luis)*, *Cambio Jujeño (Jujuy)*, *Encuentro Cívico por la Igualdad y la Justicia (Capital Federal, Corrientes)*, *Movimiento Vecinalista Provincial (Buenos Aires)* e *Coalición Cívica (Mendoza)*.

A coalizão de Elisa Carrió foi mais estruturada em torno de políticos de renome do que de partidos políticos. Elisa Carrió, figura gestada nas fileiras do radicalismo, deixa o partido em 2001, durante a gestão de Fernando De La Rúa e funda uma agremiação própria. Sua campanha teve um perfil de centro-esquerda e nitidamente opositor, “com postulações de forte conteúdo moralista” (BOSOER, 2007, p.22). A Coalizão Cívica teve apoio de setores conservadores do catolicismo, especialmente do arcebispo de Buenos Aires, Jorge Bergoglio (CUCHETTI, 2007).

**Tabela 3** – Candidatos e resultados eleitorais. Pleito presidencial 2007

<i>Eleitores Aptos</i>	27.137.828	
<i>% de votantes</i>	76,18	
<b>Candidatos, Partidos e Alianças Eleitorais</b>	<b>Votos</b>	<b>%</b>
Cristina Kirchner – Julio Cobos (ALIANZA FRENTE PARA LA VICTORIA)	8.651.066	45,29
Elisa Carrió – Giustiniani (ALIANZA CONFEDERACION COALICION CIVICA)	4.401.981	23,04
Roberto Lavagna – Morales (ALIANZA CONCERTACION UNA NACION AVANZADA)	3.229.648	16,91
Alberto Rodriguez Saá – Maya (ALIANZA FRENTE JUSTICIA, UNION Y LIBERTAD)	1.458.955	7,64
Fernando Pino Solanas – Cadelli (SOCIALISTA AUTENTICO)	301.265	1,58
Ricardo López Murphy – Bullrich (RECREAR PARA EL CRECIMIENTO)	273.015	1,43
Jorge Sobisch – Asís	268.255	1,40
- EL MOVIMIENTO DE LAS PROVINCIAS UNIDAS	152.419	0,80
- UNION POPULAR	69.079	0,36
- MOVIMIENTO DE ACCION VECINAL	36.809	0,19
- MOVIMIENTO POR LA DIGNIDAD Y LA INDEPENDENCIA	9.948	0,05
Vilma Ripoll – Bidonde (MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES)	142.421	0,75
Nestór Pitrola – Arroyos (OBRERO)	116.564	0,61
José Montes – Heberling (ALIANZA FRENTE P.T.S. – M.A.S. – IZQUIERDA SOCIALISTA)	84.662	0,44
Luis Ammann – Deleonardi (ALIANZA FRENTE AMPLIO HACIA LA UNIDAD LATINOAMERICANA)	69.760	0,37
Raúl Castells – Pelozo (MOVIMIENTO INDEPENDIENTE DE JUBILADOS Y DESOCUPADOS)	48.786	0,26
Gustavo Breide Obeid – Vergara (POPULAR DE LA RECONSTRUCCION)	45.282	0,24
Juan Ricardo Mussa – Nespral (CONFEDERACION LEALTAD POPULAR)	10.551	0,06
<i>VOTOS VÁLIDOS</i>	19.102.211	92,40
<i>VOTOS EM BRANCO</i>	1.330.885	6,44
<i>VOTOS NULOS</i>	240.074	1,16
<i>TOTAL VOTANTES</i>	20.673.170	

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Interior, República Argentina.

Roberto Lavagna, que é oriundo do peronismo, compôs uma frente com candidato a vice da UCR, o senador Gerardo Morales, construindo a Aliança “Concertación UNA”, cujo principal partido era a própria Unión Cívica Radical e aglutinava também o Movimiento de Integración y Desarrollo, Nacionalista Constitucional UNIR e Popular Democrático (Capital Federal).

Roberto Lavagna ocupou a pasta da Economia durante o governo provisório de Eduardo Duhalde e da gestão Néstor Kirchner até 2005, quando renunciou por divergências com o presidente. Lavagna, que sempre manteve bons vínculos com um setor do radicalismo, tinha como intuito conformar uma coalizão opositora alternativa com um perfil centro-progressista, mas sua maior dificuldade foi sua necessidade de voltar-se ao “[...] *mercado electoral antigubernamental, más proclive al voto conservador o peronista tradicional y reactivo a los discursos progresistas.*” (BOSOER, 2007, p.22).

Lavagna obtém apoio de setores peronistas ligados ao ex-presidente Eduardo Duhalde e antikirchnerista e da própria estrutura nacional do Partido Radical (CUCHETTI, 2007).

O peronista anti-Kirchner Alberto Rodríguez Saá também disputou a presidência, mas não pôde aparecer como candidato oficial do partido, tampouco ostentar o nome Frente Partido Justicialista, por impugnação da Justiça Eleitoral. Saá, que contou com o apoio do ex-presidente Carlos Menem, buscou aglutinar em torno de sua candidatura a identidade peronista, realizando marchas com retratos de Perón.

Ricardo Lopez Murphy, outro dissidente do radicalismo, representou uma candidatura de direita pelo partido Recrear para o Crescimento, agremiação que fundou em 2003 para disputar as eleições presidenciais de maio, ocasião em que obteve 18% dos votos. Murphy, economista ortodoxo, teve passagem pelo Ministério da Defesa e também pela pasta da Economia em 2001, durante o governo do Partido Radical. Sua gestão frente ao Ministério da Economia foi efêmera, devido ao anúncio de medidas polêmicas, que o levaram a renunciar (CUCHETTI, 2007).

A coligação do presidenciável Ricardo López Murphy foi composta por Recrear e PRO (Alianza Propuesta Republicana). No entanto, Murphy acusou partidários e lideranças do PRO de falta de lealdade, devido a declarações e endosso a outras candidaturas em programas televisivos.

A esquerda e os movimentos sociais também não buscaram composições e lançam seis candidatos: Néstor Pitrola (Partido Obrero), o cineasta Fernando Pino Solanas (Proyecto Sur), Vilma Ripoll (MST-Nueva Izquierda), o líder piqueteiro Raúl Castells (MIJD), Luis Ammann (Partidos Humanista e Comunista) e José Montes (PTS, MAS e Izquierda Socialista).

É possível verificar, portanto, que a competição em 2007 estruturou-se basicamente na polarização entre situação e oposição, em detrimento de grandes debates programáticos e de grandes clivagens ideológicas (CERVellini, 2000).

### 3.2. Os resultados eleitorais

Embora o voto seja obrigatório na Argentina, 76% dos eleitores compareceu às urnas.

Do ponto de vista dos resultados, Cristina Kirchner saiu triunfante em primeiro turno com 45,49% dos votos, visto que a fórmula presidencial argentina requer apenas maioria especial. Cristina Kirchner foi a primeira mulher a chegar à presidência pelo voto popular.

O kirchnerismo logrou êxito também no governo da província de Buenos Aires, com o então vice-presidente de Néstor Kirchner, Daniel Scioli, um político novo com grande popularidade pelo esporte, cuja candidatura contou com extensiva aceitação no território bonaerense. A candidatura de Scioli representou fundamental importância para a vitória de Cristina Kirchner, visto que a província de Buenos Aires é a mais povoada do país e congrega aproximadamente 40% do eleitorado. Neste contexto, “a junção de Scioli com Kirchner em Buenos Aires transformou a proposta kirchnerista em virtualmente imbatível.” (SOLÁ, 2007, p.31).

Em 28 de outubro de 2007, além da eleição presidencial, os argentinos elegeram metade da Câmara dos Deputados e um terço do Senado. Os governistas obtiveram maioria confortável em ambas as casas.

Cristina Kirchner, no entanto, foi derrotada na capital, o segundo maior colégio eleitoral argentino. A candidata da situação perdeu em grandes cidades e centros urbanos, salvo as exceções de San Miguel de Tucumán e Mendoza. Sua proposta foi suplantada na Capital Federal, Rosário, Córdoba, Mar del Plata, La Plata, Bahía Blanca, Vicente López, San Isidro.

Tal fato, apesar da vitória de Cristina Kirchner, é sintomático, pois a Argentina é fundamentalmente urbana, sendo a opinião pública das grandes cidades um termômetro importante. O fato de Cristina Kirchner ser derrotada nos centros urbanos representou, para alguns analistas políticos como Carlos Pagni (2007, s.p.), um “*cacerolazo silencioso de los sectores urbanos contra el Gobierno*”.



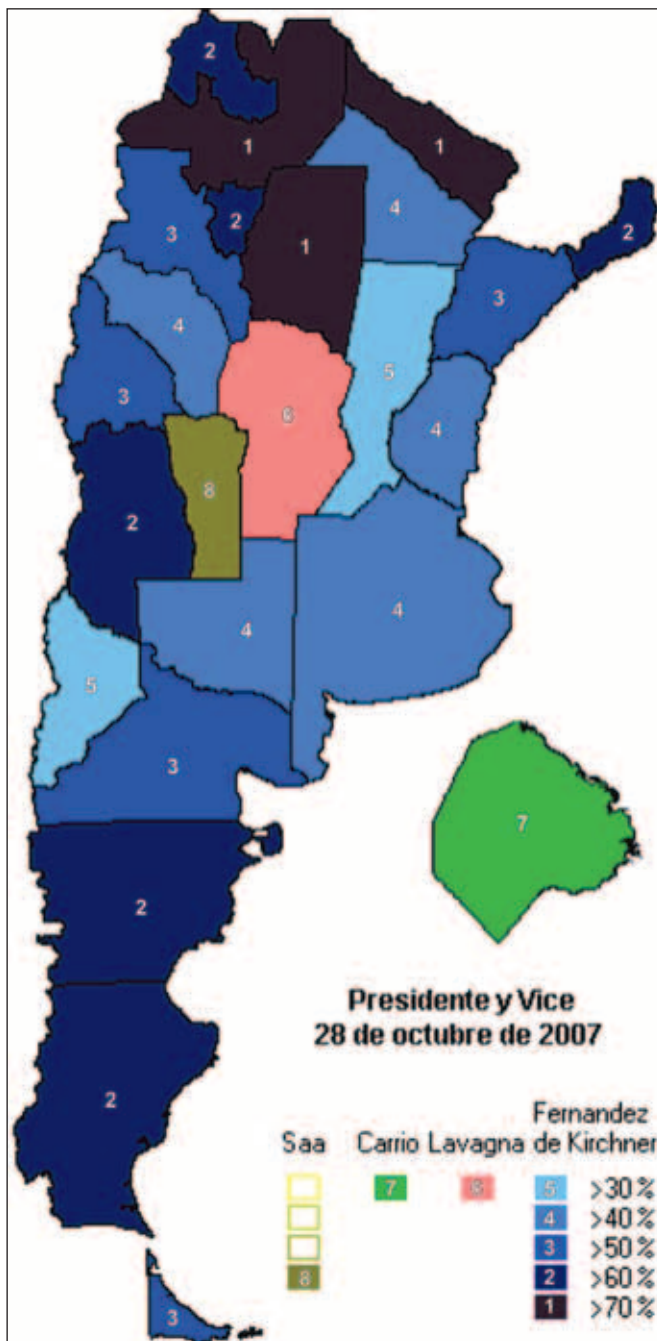


**Gráfico 2** – Resultados eleitorais. Eleições presidenciais, 2007.  
 Fonte: Elaboração própria, com dados do Ministério do Interior.

A vencedora opositora foi Elisa Carrió, que obteve praticamente 23% dos votos. Carrió teve uma votação expressiva nos grandes centros urbanos, como na Capital Federal, onde foi a candidata mais votada. Seu partido fez a segunda maior bancada da Câmara. Com este resultado, Carrió declarou-se líder opositora e mostrou-se disposta a exercer este cargo (CUCCHETTI, 2007).

Roberto Lavagna alcançou o terceiro lugar na disputa, com 16,8% dos sufrágios, adquirindo uma projeção considerável na oposição. Venceu em um colégio eleitoral importante, Córdoba.

O cartograma (Figura1) ilustra a distribuição territorial dos resultados eleitorais.



**Figura 1** – Cartograma – Mapa eleitoral. Escala pelo método Gastner e Newman (2004)  
 Fonte: Tow (2010).

A quarta posição foi ocupada pelo governador peronista Rodriguez Saá, que não chegou à casa dos 7%. Os outros dez candidatos totalizaram 7% dos votos.

O resultado do cineasta Pino Solanas foi uma surpresa positiva, já que se posicionou à frente de candidatos como López Murphy, ex-ministro, e de Jorge Sobisch que, apesar de ser governador neuquino, não conseguiu construir uma imagem sólida nacionalmente.

A esquerda histórica, por repartir votos entre diferentes candidatos, diluiu seu potencial.

Deste modo, não houve necessidade de segundo turno, visto que a lei eleitoral estabelece que o candidato à presidência que obtém 45% dos votos ou mais de 40% com uma diferença de dez pontos percentuais em relação ao segundo colocado é declarado eleito em primeiro turno.

Contribuiu para este resultado a ampla fragmentação da oposição argentina, que reduziu as chances dos seus candidatos na eleição presidencial de 2007. Praticamente 6 de cada 10 argentinos votaram contra a candidata situacionista. No entanto, o voto opositor se atomizou, pois não se formaram grandes coalizões opositoras.

Por outro lado, este pleito demonstrou a força do PJ: os três candidatos de origem peronista, a saber, Cristina Kirchner (45%), Roberto Lavagna (17%) e Alberto Rodríguez Saá (8%) unindo forças atingiram 70% dos votos. A única candidata não peronista que conseguiu expressão foi Elisa Carrió. Tal resultado demonstra a sobrevivência do peronismo como dispositivo eleitoral. “O peronismo é um movimento político que persiste como uma força fortemente hegemônica, porém difusa e heterogênea em seu alcance, conteúdo, estrutura e organização.” (BOSOER, 2007, p.20).

Contribuiu para a vitória de Cristina Kirchner em primeiro turno a confluência de alguns fatores, dentre os quais destacamos a dimensão da coalizão situacionista, que agregou forças peronistas e lideranças do Partido Radical, os denominados radicais K, por apoiarem Kirchner. É possível perceber que o kirchnerismo é uma força difusa, que inclui o peronismo, mas o transcende e funciona analogamente a um “[...] gigantesco imã de atração de fragmentos do velho aparato peronista, governadores, mas também muitos radicais, além de sindicatos e movimentos sociais.” (BOSOER, 2007, p. 19).

Outra variável explicativa importante que merece destaque são os resultados governamentais da gestão de Néstor Kirchner, a recuperação da economia argentina, a melhoria nos indicadores em termos de emprego, crescimento e diminuição da pobreza. No entanto, cabe destacar que o governo de Kirchner esteve sob suspeita de casos de corrupção, dos quais o mais emblemático foi o possível superfaturamento na ampliação de um gasoduto ao norte do país. Apesar da sociedade protestar frente a estas denúncias, tais fatores pareceram não influenciar significativamente no voto. Entre as opções de eficiência kirchnerista ou a ética proclamada por seus opositores, uma maioria da população mostrou-se disposta pela primeira. Este cenário foi influenciado certamente pelo recente histórico econômico-social do país (SOLÁ, 2007).

A conjunção destes fatores contribuiu para que Cristina Kirchner chegasse à Casa Rosada sem necessidade de segundo turno.

Verificou-se, com este pleito, a debilidade dos partidos não-peronistas, tanto de orientação à esquerda quanto à direita, para construir opções reais para a política argentina.

A acentuada atomização da oposição demonstrou a inabilidade ou falta de vontade política das forças anti-Kirchner para alcançar consenso ao redor de assuntos básicos (LUCHESSI, 2008) e a ausência do menor intento de conciliar posições e muito menos explorar uma aliança conjunta para fazer frente aos Kirchner.

Foi possível constatar no pleito de 2007 uma disputa entre diversos candidatos que já tinham feito parte do mesmo partido. Tais episódios não eram comuns na Argentina, onde imperava a fidelidade partidária. Tais fatos demonstram o enfraquecimento dos partidos (principalmente os partidos históricos) e o surgimento de candidaturas cada vez mais personalizadas e menos partidárias e programáticas.

O pleito de 2007 foi o primeiro em que os dois grandes partidos políticos argentinos, o peronista Partido Justicialista e a União Cívica Radical, não apareceram, de fato, polarizados nas eleições. Dirigentes peronistas e radicais fizeram múltiplas alianças entre si, mas estes partidos, tal como eram conhecidos, não estiveram na proposta eleitoral. A ação política do peronista Kirchner assentou, de forma bastante pragmática, em torno do poder. Assim, fez um amplo leque de alianças de centro-direita e de centro-esquerda, comendo, inclusive, com radicais (SOLÁ, 2007).

A União Cívica Radical demonstrou que está com seu potencial eleitoral em âmbito nacional fortemente abalado. A UCR, partido que historicamente polarizou com o peronismo, não representou ameaça ao kirchnerismo nesta eleição. Aliás, teve dificuldade até mesmo em lançar um nome próprio para concorrer à presidência. Assim, esta foi a primeira eleição em que a UCR não apresentou um autêntico candidato a presidente, já que os radicais se coligaram na *Aliança Concertación para Una Nación Avanzada* em torno do nome de Lavagna, político formado nas fileiras do partido peronista e que respondeu pela pasta da Economia na gestão de Kirchner.

Os radicais passaram por um processo, conforme discutido anteriormente, de redução drástica de importância em termos nacionais. A União Cívica Radical não representa mais, baseando-nos nos resultados dos últimos pleitos, uma grande força majoritária.

Os demais partidos não demonstraram capacidade de captar um número de partidários suficiente para desafiar o peronismo e, mais especificamente, o kirchnerismo. A esquerda demonstrou um peso insignificante e a direita não conseguiu tornar-se uma força competitiva a nível nacional.

#### 4 Conclusão

O sistema partidário argentino foi marcado, sobretudo, por uma polarização entre peronismo e radicalismo, forças partidárias que dominaram a política nacional. Tal sistema foi historicamente classificado entre bi-partidário e moderadamente multipartidário, pois além dos dois partidos dominantes, PJ e UCR, havia representação de pequenas agremiações de esquerda e de direita (MUSTAPIC, 2002).

Este quadro político-partidário evidenciava que a representação fundamentava-se em uma forte relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos, momento em que se verificavam altos níveis de fidelidade e identificação partidária, fatores que influenciavam sobremaneira o comportamento político-eleitoral.

O sistema polarizado entre a União Cívica Radical e o Partido Justicialista, conforme discutido, alterou-se profundamente. Desta feita, a UCR perde força e ambos os partidos passam por um amplo processo de fragmentação.

É possível verificar que em boa parte da literatura temática os altos níveis de fragmentação têm sido considerados como extremamente perniciosos para o

processo democrático, já que os presidentes devem enfrentar contextos conflitivos, o que gera problemas para a estabilidade democrática (CHASQUETTI, 2001).

No entanto, concordamos com Kinzo (2004, p.31) no sentido de que a fragmentação do sistema partidário por si só “[...] não seria um problema para o funcionamento da democracia caso não afetasse a inteligibilidade do processo eleitoral, isto é, a capacidade de o sistema produzir opções claras para os eleitores, permitindo-lhes escolher com base em seu conhecimento sobre os partidos ou sua identidade com eles.”

Neste sentido, consideramos que a fragmentação partidária argentina, da forma como tem ocorrido, mostra-se deletéria, à medida que é acompanhada por uma pequena inteligibilidade do processo eleitoral, altos níveis de volatilidade, fragilidade partidária e alianças estruturadas em torno de personalidades.

A ampla diversidade de candidaturas não se faz acompanhar de um sistema de partidos com contornos definidos, alicerçados em algum tipo de clivagem social ou política, que proporcione aos eleitores opções mais estruturadas e diferenciadas na disputa eleitoral. Ademais, verificamos que a disputa eleitoral tem colocado em evidência muito mais os candidatos em detrimento aos partidos e projetos alternativos de sociedade (KINZO, 2004).

No contexto argentino, a fragmentação deve-se principalmente às divisões no interior dos partidos tradicionais e é produto da debilidade da lealdade partidária. A maioria das novas forças políticas é oriunda das estruturas da UCR e do PJ. As novas agremiações que surgiram foram criadas basicamente para lançar ou apoiar candidaturas, com ausência de programas partidários consistentes, o que torna difícil sua consolidação.

As coalizões, por sua vez, se formaram em torno de expectativas e ambições por êxito eleitoral e não por programas e ideologias convergentes. As eleições presidenciais de 2007, mais especificamente, revelaram a fragilidade de uma oposição assentada em lideranças pessoais. Não se verifica ainda na Argentina um pluralismo partidário capaz de competir pela alternância de poder e representar ameaças à forte tendência hegemônica dos Kirchner. O anti-kirchnerismo não foi suficiente para a formação de uma grande coalizão ou aliança opositora (KASMAN, 2007).

É possível constatar que ocorreu na Argentina, a exemplo de diversas democracias representativas ocidentais, um gradativo arrefecimento dos partidos políticos enquanto principais sujeitos da democracia, um processo de considerável volatilidade do voto, diminuição drástica nos índices de identificação partidária

e uma proeminência de discursos centrados na polarização entre situação e oposição, em detrimento de debates programáticos e de grandes clivagens ideológicas.

Verifica-se, conseqüentemente, um cenário político marcado pela personalização da política e pela adaptação pragmática dos discursos de campanha; as lideranças pessoais passam a conformar relações com os eleitores via meios de comunicação de massa, prescindindo da mediação partidária.

Portanto, o contexto político argentino é marcado pelas características que Manin (1995) atribui a uma **democracia de público** ou **democracia de audiências**, modelo típico das sociedades ocidentais, no qual o comunicador substitui o líder partidário. Utilizando a metáfora teatral para conceituar este tipo de sistema, o cientista político francês afirma que nele “[...] o eleitorado apresenta-se [...] como um público que reage aos termos propostos no palco da política.” (MANIN, 1995, p.28).

Manin (1995, p.30) oferece a interpretação de “metamorfoses do sistema representativo” em contraponto à leitura de “crise de representação”, posto que, para ele, este fenômeno é comum e constante em uma série de democracias ocidentais, não se configurando, portanto, em uma crise.

No entanto, acredita-se que as mudanças que atingiram o sistema político argentino não resultam apenas de um deslocamento de uma **democracia de partidos** para uma **democracia do público**, fruto da metamorfose política dos sistemas representativos contemporâneos, sugerida por Bernard Manin.

É possível afirmar, invocando as análises de autores como Mustapic (2002), Mocca (2005), Kasman (2007), Mauro (2007), Cuchetti (2007), Hochstetler e Friedman (2008), dentre outros, que a política argentina evidenciou, efetivamente, uma profunda crise política que ocorreu, não obstante, concomitante a um processo de mutação mais amplo do sistema representativo, tal como apregoa Manin (1995).

*En la Argentina post 2001 había poco lugar para dudas: si bien era cierto que muchas de las reglas del juego político habían cambiado a lo largo de la década de los '90 (Cheresky y Blanquer:2003; Cheresky y Pousadela: 2004), tampoco se podía negar que el escenario de fragmentación e incertidumbre imperante era signo de una crisis profunda de la representación política. (MAURO, 2007, p.16).*

A crise de representação argentina, cujo ápice deu-se em 2001, manifestou-se nas formas de ruptura dos vínculos entre partido e sociedade e decisões governamentais que representaram de forma deficiente os interesses sociais. A crise de representação evidenciou-se ainda pelo estímulo de um incessante “internismo” da classe política e na conversão de seus cargos públicos em recursos clientelistas para assegurar sua sobrevivência. O sistema de partidos deu claras mostras de suas dificuldades para se adequar às demandas cidadãs (MUSTAPIC, 2002).

A conseqüência imediata foi o aumento da apatia e indiferença em relação aos processos políticos, o que se pode comprovar pelos altos índices de absenteísmo e de voto em branco nos processos eleitorais argentinos (KASMAN, 2007).

No entanto, não ocorreu uma “implosão do sistema de partidos políticos na Argentina” (MOCCA, 2005, p.58), mas alguns foram mais atingidos que outros, como a União Cívica Radical, ao passo que o Partido Justicialista sobreviveu à crise de 2001 e seus desdobramentos. O PJ, contudo, sofreu grandes mudanças e é atualmente marcado por uma grande força difusa, heterogênea e inorgânica, o chamado “kirchnerismo” (BOSOER, 2007). Na avaliação de Cuchetti (2007), a gestão de Kirchner modificou algumas correlações de força política, o que não deve ser confundido com o fim dos partidos políticos, tampouco com a renovação da política, visto que os atores políticos são basicamente os mesmos.

É salutar reconhecer que, “[...] mesmo em meio ao descalabro social e o vazio virtual de poder, os cidadãos argentinos mostraram uma importante reserva de fidelidade ao regime democrático” (MOCCA, 2005, p. 53). A paulatina estabilização econômica, a recuperação dos indicadores sociais são fatores favoráveis a uma normalização política: “Os ecos da crise política continuam, no entanto, condicionando a conduta dos atores.” (MOCCA, 2005, p.60).

Estamos, pois, diante de um cenário de mudanças e continuidades no sistema de partidos políticos, que encontra-se em um estado “altamente fluido” (SANCHEZ, 2005, p. 473 apud HOCHSTETLER; FRIEDMAN, 2008). Sem o intuito de realizar prognósticos, mas realizando uma avaliação em termos de tendências, não é provável que uma Argentina ordenada ao redor de uma identidade radical e peronista volte. O bipartidarismo tradicional e o predomínio do peronismo como movimento político majoritário estão transmutando para uma configuração que mantém muito das formas tradicionais, mas ao mesmo



tempo contém mudanças e fenômenos emergentes da Argentina pós-crise (BOSOER, 2007).

Portanto, a Argentina, que foi marcada por uma crise ainda vive seus reflexos, pois refazer-se dela leva tempo. A interpretação de que a Argentina ainda sente os reflexos da crise política e o atual modelo é instável e insatisfatório não deve conduzir, conforme adverte Mauro (2007, p.18-19) à crença infundada de que a superação completa da crise abrirá espaço para uma política racional de partidos estruturados, com contornos ideológicos muito bem definidos e uma cidadania participativa. “Estaremos, entonces, esperando el retorno de algo que, sencillamente, nunca existió.”

É equivocado prognosticar que a Argentina “retomará” partidos fortes, ideológicos, que agreguem amplos segmentos do eleitorado como membros da organização, com cidadãos que participem da elaboração dos programas de governo e colaborem com a mobilização eleitoral e dirigentes que respeitem a disciplina partidária, em suma, grandes forças expressivas de poderosas identidades político-culturais, ou seja, *partidos burocráticos de massas* (PANEBIANCO, 1995) que caracterizam o período de governo representativo que Manin denomina **democracia de partidos** (LEIRAS, 2007; MOCCA, 2005). Esse tipo de partidos que se almeja, de acordo com Mocca, nunca floresceu na Argentina,

[...] de modo que a figura do aparato de burocratas profissionais e a massa de militantes organicamente enquadrados e solidamente expressos pelos princípios e a ideologia do partido **não merecem nenhuma nostalgia porque nunca existiram plenamente em nosso país**, pelo menos entre as forças realmente influentes na política nacional (MOCCA, 2005, p.57, grifo nosso).

É altamente provável, portanto, um contexto de superação da crise política; no entanto, não para retomar partidos que nunca de fato existiram, e sim partidos profissionais eleitorais e um modelo de democracia de público.

Portanto, a leitura que fazemos de que a Argentina ainda sente os reflexos de uma crise política deve ser compreendida em termos gramscianos: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.” (GRAMSCI, 2000, p. 184).

Esta interpretação gramsciana de crise traduz, a nosso ver, o contexto e as características do cenário político argentino. Em síntese, não existe mais o antigo

sistema de partidos, mas tampouco surgiu um novo. Neste ínterim de algo que está morto e uma coisa que ainda não nasceu, ocorreu em 28 de outubro de 2007 as eleições presidenciais argentinas.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, C. Nueva relación de la política con la sociedad. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.3, 1997.

BOSOER, F. Kirchner, segundo acto: el panorama electoral en Argentina. **Nueva Sociedad**, San José, n.208, p.18-24, marzo-abr. 2007.

CARRIÓ, E. La política social de la Alianza. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.16-18, 1997.

CARRIZO, C.; GALVÁN, C. Presidencialismo y conflictos políticos en Argentina: sobre la inestabilidad política a nivel nacional y provincial (1983-2006). **Revista Colección**, Buenos Aires, n.17, p.35-113, 2006.

CASTIGLIONI, F. Unidad en la diversidad. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.7-8, 1997.

CERVellini, S. Marketing político e marketing comercial: uma reflexão. In: FIGUEIREDO, R. (Org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p.83-113.

CHASQUETTI, D. Elecciones presidenciales mayoritarias en América Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v.29, p.31-51, dic. 2001.

CORRALES, J. et al. **[Entrevista]**. 16 set. 2007. Disponível em: <<http://www.argentinaelections.com>>. Acesso em 19 set. 2008.

CUCCHETTI, H. El proceso electoral en la Argentina 2007: voto, trayectorias políticas y tradiciones partidarias. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, n.7, p.1-23, 2007.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ESCOLAR, M. et al. Últimas imágenes antes del naufragio. **Desarrollo Economico**, Buenos Aires, v.42, n.166, p.1-27, 2002.

FANFANI, E. T. Oficialismo y oposición: fronteras móviles. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.15, 1997.

GARGARELLA, R. Liberalismo e igualitarismo. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.13-14, 1997.

GODIO, J. El mundo del trabajo. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.11-12, 1997.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.
- HOCHSTETLER, K.; FRIEDMAN, E. J. Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil. **Cadernos CRH**, Salvador, v.21, n.52, p.47-66, jan./abr. 2008.
- JONES, M.P. Evaluating Argentina's presidential democracy: 1983-1994. In: MAINWARING, S.; SHUGART, M.S.(Ed.). **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.259-299.
- KASMAN, R. El proceso de consolidación del sistema de partidos en Argentina. Democratización y elecciones del 2007. **Revista Enfoques**, Santiago, n.7, p.7-34, 2007.
- KINZO, M. D'A. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19 n.54, p.23-41, fev.2004.
- LATINOBARÓMETRO. **Informe de prensa**. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2006.
- LEIRAS, M. Organización partidaria y democracia: tres tesis de los estudios comparativos y su aplicación a los partidos en la Argentina. **Revista SAAP**, Buenos Aires, v.1, n.3, p.515-560, 2004.
- LEVITSKY, A. The "normalization" of Argentine politics. **Journal of Democracy**, Baltimore, v.11, n.2, p.56-69, 2000.
- LUCHESSI, L. Politics and Media in the 2007 Argentine Presidential Elections. **The International Journal of Press/Politics**, Thousand Oaks, v.13, n.3, p.345-351, 2008.
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.29, out. 1995. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_29/rbcs29\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm)>. Acesso em: 26 ago. 2010.
- MAINWARING, S.; SHUGART, M. S. (Ed.). **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MAURO, S. Mutación, crisis, recomposición, y outra vez crisis de la representación política en la ciudad de Buenos Aires: los avatares del signo progresista. **Argumentos**, Coyacan, v.8, p.1-21, oct. 2007.
- MOCCA, E. O futuro incerto dos partidos políticos argentinos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.55, p.49-63, 2005.
- MOCCA, E. La transición al posmenemismo. **La Ciudad Futura: Revista de Cultura Socialista**, Buenos Aires, n.48, p.9-10, 1997.
- MOREIRA, C. Party systems, political alternation and ideology in the south cone: Argentina, Brazil, Chile and Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciência Política**, Montevideo, v.2, p.1-20, 2006. Disponível em: <[http://socialsciences.scielo.org/pdf/s\\_rucp/v2nse/scs\\_a01.pdf](http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_rucp/v2nse/scs_a01.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2010.

- MUSTAPIC, A. M. Argentina: la crisis de representación y los partidos políticos. **América Latina Hoy**, Salamanca, v.32, p.163-183, 2002.
- NUN, J. Por un país normal. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.21-22, 1997.
- PAGNI, C. **Las elecciones de octubre representaron un cacerolazo silencioso de los sectores urbanos contra el Gobierno**. Exposição no 43º Colóquio Anual Argentina un trabajo de todos, Mar del Plata, Argentina, 7 a 9 nov. 2007.
- PANEBIANCO, Â. **Modelos de Partido**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- PION-BERLIN, D. **El contexto histórico de las elecciones**: opinan los “argentínologos”. [16 set. 2007]. Entrevista concedida ao Portal The University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.argentinaelections>>. Acesso em: 19 mar. 2008.
- PORTANTIERO, J. C. La Alianza: una empresa estratégica. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.5-6, 1997.
- PUIGGRÓS, A. Aliarse para educar. **La Ciudad Futura**: Revista de Cultura Socialista, Buenos Aires, n.48, p.19-20, 1997.
- SHUGART, M. S.; CAREY, J. M. **Presidents and Assemblies**: constitutional design and electoral dynamics. New York: Cambridge University Press, 1992.
- SMITH, W.C. **El contexto histórico de las elecciones**: opinan los “argentínologos”. [16 set. 2007]. Entrevista concedida ao Portal The University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.argentinaelections>>. Acesso em: 19 mar. 2008.
- SOLÁ, J. M. Argentina, el sistema de los Kirchner: adiós a los viejos partidos. **Política Exterior**, Madrid, v.21, n.120, p.31-37, 2007.
- TEDESCO, L. The 1999 Elections in Argentina: change in style or substance? **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, Amsterdam, n.70, p.105-114, apr. 2001.
- TOW, A. **Atlas electoral de Andy Town**: elecciones em Argentina desde 1983. Disponível em: <<http://www.towsa.com/andy/totalpais/se.html>>. Acesso em: 01 set. 2010.
- ZOVATTO, D. América Latina después del “rally” electoral 2005-2006: algunas tendencias y datos sobresalientes. **Nueva Sociedad**, San Jose, n.207, p.23-33, enero-feb. 2007.